A GEOGRAFIA BRASILEIRA E MICHEL FOUCAULT

BRAZILIAN GEOGRAPHY AND MICHEL FOUCAULT

LA GEOGRAFIA BRASILEÑA Y MICHEL FOUCAULT

Aldo Luiz Fernandes Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

E-mail: aldofernand3@yahoo.com.br

Resumo:
O pensamento do filósofo Michel Foucault tem se reafirmado como importante referencial no Brasil, com reverberações sobre pensamento geográfico. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o pensamento foucaultiano e a geografia a partir das influências nas interpretações dos temas de pesquisa e por meio de desdobramentos sobre os próprios conceitos básicos da ciência geográfica. Adotou-se como metodologia um levantamento da produção bibliográfica dos geógrafos brasileiros em que é possível identificar, com clareza, uma certa força analítica e interpretativa das noções conceituais foucaultianas, como poder, governamentalidade, biopolítica, biopoder, heterotopia e outras. Os temas de pesquisa identificados na geografia foram agrupados em função da sua relação direta com essas noções. Dessa forma, foi possível traçar um quadro exploratório da relação entre o pensamento de Foucault e a geografia brasileira. Por fim, tentou-se identificar como as "teorias" e as noções foucaultianas foram desdobradas, ressignificando, inclusive, conceitos e teorias da geografia. Preliminarmente é possível afirmar que o pensamento de Foucault impactou bastante a geografia brasileira como referencial para interpretação de temas de pesquisa variados e inovadores, assim como contribuiu para ressignificar as próprias noções geográficas, em particular a noção de território.

Palavras-chave: Geografia; Michel Foucault; Saber geográfico; Território.

Abstract:
Philosopher Michel Foucault's Thought has been reaffirmed as an important reference in Brazil, with reverberations on Geographical Thought. The aim of this research is to analyze the relationship between Foucault's Thought and Geography from the influences on the interpretations of research themes and through developments on the very basic concepts of geographic science. A survey of the bibliographic production of Brazilian geographers was adopted as a methodology, in which it is possible to clearly identify a certain analytical and interpretive force of Foucault's conceptual notions such as power, governmentality, biopolitics, biopower, heterotopia and others. The research themes identified in geography were grouped according to their direct relationship with these notions. Thus, it was possible to elaborate an exploratory chart on the relationship between Foucault's Thought and Brazilian geography. Finally, an attempt was made to identify how Foucault's "theories" and notions were unfolded, reframing concepts and theories of geography. Hence, on a preliminary basis, it is possible to affirm that Foucault's Thought had a great impact on Brazilian geography as a reference for the interpretation of varied and innovative research themes, as well as contributing to reframe the geographical notions themselves, in particular the notion of territory.

Keywords: Geography; Michel Foucault; Geographical Thought; Territory.

Resumen:
El pensamiento del filósofo Michel Foucault se ha reafirmado como un referente importante en Brasil, con reverberaciones sobre el pensamiento geográfico. El objetivo es analizar la relación entre el pensamiento de Foucault y la geografía a partir de las influencias en las interpretaciones de los temas de investigación y a través de desarrollos sobre los conceptos más básicos de la ciencia geográfica. Se adoptó como metodología un relevamiento de la producción bibliográfica de geógrafos brasileños, en el cual es posible identificar claramente una fuerza analítica e interpretativa de nociones conceptuales de Foucault, como poder, gubernamentalidad, biopolítica, heterotropía, entre otras. Los temas identificados en geografía se agruparon según su relación directa con estas nociones. De esta manera, fue posible elaborar un cuadro exploratorio de la relación entre el pensamiento de Foucault y la geografía brasileña. Finalmente, se intentó identificar cómo se desarrollaron las "teorías" y nociones de Foucault, reinterpretando incluso conceptos y teorías geográficas. De manera preliminar, es posible afirmar que el

pensamiento de Foucault impactó mucho a la geografía brasileña como referente para la interpretación de variados e innovadores temas de investigación, además de contribuir a resignificar las propias nociones geográficas, en particular la noción de territorio.

Palabras-clave: Geografia; Michel Foucault; Saber Geográfico; Territorio.

Introdução

Em 1987, em uma coletânea de textos intitulada *Foucault Vivo* (TRONCA, 1987), foi realizado um balanço das influências do filósofo francês sobre o pensamento social brasileiro. O último artigo, intitulado *Foucault e a Geografia*, assinado por Antônio Carlos Robert Moraes, é um balanço exploratório sobre as influências do pensamento de Michel Foucault no movimento de renovação do pensamento geográfico, particularmente em sua vertente denominada geografia crítica, mais próxima do marxismo. Hoje, passados mais de 30 anos da publicação desse texto, que indicação pode-se fazer sobre a questão do efeito do pensamento de Michel Foucault na geografia brasileira, ou melhor, nos geógrafos brasileiros? Como os geógrafos do Brasil acompanharam a rápida difusão das ideias de Foucault e como se apropriaram delas nos diversos campos da ciência humanas e sociais nas últimas décadas no país? Existe, no Brasil, uma geografia foucaultiana?

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o pensamento foucaultiano e a geografia brasileira, seja a partir das influências nas interpretações dos temas de pesquisa geográfica, seja por meio de desdobramentos sobre os próprios conceitos básicos da geografia. Trata-se de um texto exploratório que tem o propósito de realizar um levantamento (não exaustivo) do uso e da apropriação das "teorias" e das noções conceituas foucaultianas feitas pelos

geógrafos brasileiros em suas agendas de pesquisas e em suas preocupações com uma leitura alternativa da realidade brasileira. De fato, diante das dificuldades e dos apontamentos das insuficiências dos paradigmas clássicos e da geografia crítica marxista, as possibilidades teóricas e metodológicas têm se diversificado no território epistemológico da geografia brasileira. Hoje, pelo menos na geografia humana, pode-se localizar uma geografia fenomenológica-humanística, uma aproximação com o pós-estruturalismo anglo-saxônico e, inclusive, o esboço de uma geografia descolonial.

Nesse sentido, no plano metodológico, realizou-se um levantamento da produção bibliográfica dos geógrafos brasileiros em que é possível identificar, com clareza, uma certa força analítica e interpretativa das noções conceituais foucaultianas, como poder, governamentalidade, biopolítica, biopoder, heterotopia, espaço e outras. Os temas de pesquisa identificados em livros, artigos, teses e dissertações de geógrafos brasileiros foram agrupados em função da sua relação direta com essas noções conceituais. Dessa forma, foi possível traçar um quadro exploratório, uma perspectiva da relação entre o pensamento de Foucault e a geografia brasileira.

Por fim, tentou-se identificar como as "teorias" e as noções foucaultianas foram desdobradas, ressignificando, inclusive, conceitos e teorias da geografia humana. Diante da força do pensamento de Michel Foucault nas ciências humanas e sociais — e, em particular, diante da ampliação dos usos das noções foucaultianas nas pesquisas geográficas — esse trabalho se inscreve em um esforço modesto de situar a relação entre Foucault e geografia, e, ao mesmo tempo, alertar para a necessidade de fortalecer esse campo de pesquisa mais relacionado à história do pensamento e da

epistemologia do saber geográfico, que teve, no grande geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, um expoente.

Panorama sobre o pensamento de Michel Foucault na geografia brasileira

Hoje, indubitavelmente, é possível afirmar que as ciências humanas e as ciências sociais foram todas afetadas, em maior ou menor grau, pelos desdobramentos do pensamento de Foucault. Contribuiu para isso, sem dúvida, a tradução para o português e a publicação de quase todos os livros e cursos do filósofo. Seminários e outros eventos são e foram realizados para debater as ideias foucaultianas pelas mais diversas áreas de conhecimento. As pesquisas no campo da educação utilizam, vigorosamente, como referência, o pensamento de Foucault (AQUINO, 2013). Outro campo bastante afetado, como afirmação ou como negação, foi a História após as críticas ao estruturalismo e ao historicismo (RAGO, 1993, 1995). Na Psicologia brasileira (FERREIRA NETO et al, 2017), o pensamento do filósofo também seria sentido. No chamado pensamento pós-estruturalista (WILLIAMS, 2012), a referência a Michel Foucault é obrigatória.

Nos textos *Espaço e poder* (Paul Claval, 1979), *Por uma Geografia do poder* (Claude Raffestin, 1993), *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra* (Yves Lacoste, 2012) e *Human Territoriality* (SACK, 1986) a relação entre a espacialidade e o poder é o eixo principal do debate. Nessas obras, a noção de poder relacional está explicitada, existindo, portanto, uma clara aproximação e certo embasamento nas análises foucaultianas de poder. Considerando que, ainda hoje, são textos muito explorados na geografia brasileira, certamente, a apropriação e o uso das teorias do

poder feitas por Michel Foucault sobre a relação entre espaço e poder impactou, consideravelmente, a formação de muito geógrafos e suas pesquisas, como aquelas relacionadas ao desenvolvimento da noção de território. Esse é um exemplo de influência difusa do pensamento do filósofo francês no pensamento dos geógrafos do Brasil.

O debate pós-moderno ou pós-estruturalistas foi introduzido com mais abrangência na geografia brasileira a partir da tradução das obras *Condição Pós-Moderna* (HARVEY, 1992) e *Geografias Pós-Modernas* (SOJA, 1993), que são um balanço crítico da realidade histórico-geográfica do final do século XX e, ao mesmo tempo, um reconhecimento do surgimento de um campo alternativo e diferenciado de reflexões geográficas mais alinhavadas com as ideias pós-modernas que emergiram ainda na década de 1960. As críticas dos dois autores — que são fundamentadas em um referencial marxista — negam, parcialmente, as teorias consideradas pós-modernas, tanto para interpretar a realidade do fim do século como para orientar a leitura geográfica da realidade. Nas palavras de David Harvey:

> A filosofia pós-moderna não nos incita somente a aceitar, mas mesmo a nos inspirar na fragmentação e na cacofonia das vozes, através das quais os dilemas do mundo contemporâneo se exprimem. Ela nos faz aceitar as reificações e as partições, indo mesmo até a glorificar os fetichismos da localidade, do lugar ou do grupo de pressão social. Essa retórica é perigosa porque ela evita enfrentar as realidades da economia política e as circunstâncias do poder mundial. (HARVEY apud BENKO, 1999, p. 98).

Uma contribuição importante para a geografia pós-moderna, no Brasil, foi a tradução de *For Space* (MASSEY, 2008), uma obra valorizada e alinhada com o desenvolvimento do pensamento pós-estruturalista no interior da geografia. Isso indica, primeiramente, a

redefinição das perspectivas teóricas, metodológicas, conceituais e de agenda de pesquisas fundadas em uma concepção antiessencialista do espaço. Em segundo lugar, indica a compreensão do espaço como esfera da existência da multiplicidade, da diferença e da heterogeneidade e, em terceiro, uma compreensão do espaço como uma estrutura sempre plural e aberta para futuro, possibilidade e produto das relações relacionais (MASSEY, 2008, p. 30-35).

Feitas essas considerações, é possível elaborar alguns comentários sobre a ressonância no pensamento dos geógrafos brasileiros. Talvez os livros de Foucault *A microfísica do poder* (1979), *As palavras e as coisas* (1981) e *Vigiar e punir* (1987), os primeiros a serem traduzidos, ainda hoje sejam os mais lidos e citados pelos geógrafos. Particularmente, a microfísica do poder exerceu grande atração sobre os geógrafos porque possibilitou um de debate virtuoso sobre a relação entre o espaço e o poder (MORAES, 1987). Sobre essa questão, afirma Antônio Carlos Moraes:

> A proximidade com as formulações de Foucault é por demais evidente. Esse autor é claro ao enfatizar tal tema: "seria preciso fazer uma história dos espaços – que seria ao mesmo tempo uma história dos poderes - que estudasse desde grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat". Poder-se-ia mesmo dizer que Foucault é um dos pensadores atuais que mais se preocupa com a espacialidade do poder. (MORAES, 1987, p. 131-132).

Para Antônio Carlos Robert Moraes, essa temática já tem grande tradição na geografia, desde a geografia clássica. Na perspectiva foucaultiana, o poder é exercido de forma multidimensional em todas as arenas das relações sociais, podendo ter natureza negativa (punitiva) ou positiva (resistência), a depender exatamente da ação dos agentes em interação. Dessa forma:

> As disposições espaciais, as repartições ("a arte da distribuição espacial das vigilâncias hierarquizadas"), as especializações (criação de "espaços especializados"), enfim, toda a gama de problemas que envolve a dimensão espacial do exercício do poder, é considerada na análise foucaultiana. (MORAES, 1987, p. 132).

Os desdobramentos para os debates dentro da geografia foram mais além, dentre eles, podemos citar as análises das relações de poder que transcendem a relação Estado–território. Essas podem ser aplicadas a múltiplas escalas geográficas e a diversos níveis de relações sociais que envolvam classes sociais, comunidades, movimentos sociais ou outras formas de agrupamentos sociais. As análises das relações de poder podem ser aplicadas a uma diversidade de temas, como: movimentos sociais no campo e na cidade, diferenças étnicas, minorias sexuais, questões de gênero. Emerge uma nova agenda que oxigena a pesquisa geográfica e, ao mesmo tempo, desloca os clássicos problemas colocados pela geografia clássica, inclusive pela propalada geografia crítica marxista. Por último, essas discussões forçaram a geografia a valorizar e desenvolver aqueles conceitos mais diretamente relacionados às questões sobre poder, principalmente a noção de território agora pensada na sua dinâmica multidimensional e multiescalar.

No Brasil, o pensamento foucaultiano influenciou a geografia no debate da renovação epistemológica dos anos 1980, por meio do debate criado em torno da relação saber-poder, alertando os geógrafos para a clara limitação do historicismo e do positivismo (MORAES, 1987). Além disso, influenciou as discussões teóricas e os temas de pesquisa.

Não é simples sistematizar a difusão do pensamento de Foucault na geografia no Brasil. Vários aspectos contribuem para

isso. Primeiro, o fato de que os temas debatidos por ele foram disseminados pelas ciências humanas e sociais, no Brasil, o que possibilita a utilização direta e indireta dos conceitos/noções foucaultianas na geografia. Segundo, as estratégias metodológicas, os conceitos e os temas foucaultianos são fluidos, flexíveis e descontínuos, o que os torna de difícil sistematização dentro de correntes de pensamento bem definidas. Por último, os temas debatidos na obra foucaultiana são apropriados pelos mais variados campos epistemológicos da geografia, incluindo aqueles que, geralmente, tecem críticas duras contra pensadores classificados como pós-estruturalistas ou pós-modernos (aliás, uma classificação que dificilmente o próprio Michel Foucault aceitaria). Um bom exemplo dessa postura crítica em relação ao pensamento pós-moderno está no artigo de Antônio Carlos Robert Moraes, intitulado *Na trilha do purgatório: política e modernidade na geografia brasileira contemporânea* no qual o autor comenta:

> [...] Pós-modernismo é o nome mais usual que se atribui a esta corrente de pensamento, que hoje influencia fortemente o campo disciplinar da geografia. O abandono da busca de sentido na história (próprio das "grandes narrativas" agora finalizadas) emerge como elemento estruturante dos discursos desconstrutivistas. O proclamado "fim das ideologias" se faz acompanhar da impossibilidade lógica de formulação de projetos alternativos ao "mundo da mercadoria", tornando a crítica mera retórica. Uma geografia despolitizada — ao mesmo tempo cosmopolita e localista — emerge de tal fundamentação. (MORAES, 2009, p. 113-114).

O professor Hélio de Araújo Evangelista afirma que as transformações econômicas, técnicas, culturais e políticas recentes na sociedade têm colocado muitos desafios para as interpretações da geografia. Porém, a aproximação com as chamadas teorias pós-modernas de leitura de mundo não implicou a formação de uma

"escola de pensamento geográfico" pós-moderna. Os geógrafos têm-se dedicado mais a ler a realidade da modernidade; contudo, a apropriação do debate cultural e científico tem sido tímida na geografia crítica e na geografia humanística. A hipótese que justifica isso, de acordo com Hélio Evangelista, é dura: "Talvez, seja possível responder esta pergunta ao afirmar que a geografia, ao final da década de oitenta, parou no tempo [...]." (EVANGELISTA, 1999, p. 136). Nas palavras do autor:

> Instituído e sucessivamente recriado no âmbito da modernidade, o discurso geográfico vê-se já de um tempo desafiado pelas críticas e referências do pós-moderno. Isto ocorre sobretudo diante do fato das mudanças recentes envolvendo a geografia humanista e a geografia crítica terem passado ao largo do avanço cultural da pós-modernidade. (Ibid., p. 136).

Iniciemos pelas discussões que se apropriam do conceito de heterotopia. De acordo com Edward Soja, essa noção apareceu em uma palestra de Michel Foucault intitulada *Des espaces autres*, em 1967 (FOUCAULT, 2013); porém, só foi apropriada de maneira mais intensa na década de 1980 (SOJA, 1993). Para Soja, o pensamento de Michel Foucault, carregado de noções e metáforas espaciais, torna possível contrapor o excessivo peso do historicismo e do tempo histórico na interpretação e na explicação da modernidade em favor da valorização da espacialidade. Conforme o autor sobre a heterotopia,

> [...] lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contra-alocações, espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas; espécies de lugares que estão fora de todos os

> lugares, embora sejam efetivamente localizáveis [...]. (FOUCAULT, 2013, p. 115).

Essa noção abriu um campo de possibilidades muito diferentes para interpretar os lugares singulares, deslocados, desencaixados e heteróclitos; lugares de negação da espacialidade regular (normal), de uso múltiplo e contraditório, enfim, espaços outros, como foi traduzido.

Na geografia no Brasil, a noção de heterotopia tem sido utilizada como um conceito, uma ferramenta para explicar determinado objetos de pesquisa sem grandes modificações ou desdobramentos das definições esboçadas por Michel Foucault, ainda na década de 1960. Na maioria das vezes, trata-se de apresentar o conceito e utilizá-lo para ler determinado objeto na geografia, seja como o estabelecimento de um espaço e de sua representação ou como uma estratégia insurgente de resistência (RAMOS, 2010; SILVA, 2016; VALVERDE, 2015). Merecem destaque os estudos de Rodrigo Ramos Valverde no debate da relação entre heterotopia e espaço públicos, como museus, largos e Cracolândia (VALVERDE, 2007, 2015, 2020). Para Valverde, as mudanças nas representações e no uso e os conflitos entre os Estados e outros sujeitos em torno dos espaços públicos, nas cidades, são sintomáticos da formação de espaços heterotópicos no interior nas relações de poder que envolvem a espacialidade moderna.

A tradução para o português das obras *Nascimento da Biopolítica*; *Segurança, Território e População* e *Em Defesa da Sociedade* possibilitou à geografia, no Brasil, a apropriação e o aprofundamento das pesquisas desenvolvidas por Michel Foucault durante as décadas de 1970 e 1980. Essas obras foram cursos ministrados que possibilitaram análises sobre a dinâmica da

sociedade nas últimas décadas do século XX, particularmente sobre o desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental e seus rebatimentos sobre o processo de subjetivação e as relações e práticas de poder advindas da crise dos anos de 1970 e do fortalecimento do neoliberalismo. A partir disso, noções conceituais, como governamentalidade, biopoder e biopolítica tornaram-se centrais para fazer um diagnóstico do capitalismo, das políticas dos Estados e da subjetividade no âmbito do neoliberalismo.

A partir do método genealógico, Foucault produz, não uma macroteoria, mas uma analítica do poder, uma análise das formas concretas de relações, práticas, discursos e valores que possibilitam o exercício do poder (BATISTA, 2017). As diversas modalidades do exercício do poder, de governo das condutas e das ações dos outros — como o poder pastoral, o poder soberano e o biopoder — constituem o cerne da noção de governamentalidade (CASTRO, 2009).

A noção governamentalidade tem sido usada na geografia, no Brasil, para iluminar diversos fenômenos ligados à ação do Estado e às práticas de poder no espaço ou no território. Estudos publicados por Jaime Alves (2011) e Lucas Gontijo (2015) mostram que o espaço urbano, principalmente nas grandes cidades, aparece permeado por uma governamentalidade muito ligada ao fortalecimento do mercado e à imposição de mecanismos ou dispositivos de poder responsáveis por padrões de violência e mortes de determinados grupos (necropolítica) que têm como fundamento um espaço organizado a partir do racismo, do medo, do controle e de segregação socioespacial. Por outro lado, a noção de governamentalidade também aparece como fundamento para explicitar o processo de resistência e de conflitos no âmbito do espaço urbano, insurreições pelo uso e pela

apropriação do território na cidade na forma de luta pela moradia e contra o racismo de Estado (GONTIJO, 2015).

Cabe mencionar um importante texto sobre as possibilidades teóricas de uso e aprofundamento da noção de governamentalidade na geografia. Trata-se do texto de Rafael Almeida (2013), no qual o autor — a partir de uma revisão do debate foucaultiano do tema da governamentalidade e seus desdobramentos na literatura geográfica anglo-saxônica — indica quatro precauções para uso e aprofundamento da noção de governamentalidade na geografia, a saber: a) a governamentalidade neoliberal integra, sem contradição, a liberdade econômica com métodos coercitivos e violentos de exercício de poder; b) na análise geográfica, a espacialidade não é apenas um efeito do exercício do poder, mas é parte constitutiva das relações de poder e da produção do saber (incluindo o saber geográfico); c) a inteligibilidade da natureza e de suas representações, na geografia, fazem parte das práticas de poder econômico e político, a exemplo de representações e discursos sobre a natureza na geografia física e na cartografia; d) as análises das governamentalidades devem partir ou buscar as relações entre as configurações históricas específicas das tecnologias de poder (ALMEIDA, 2013). Isso evita o transplante de conceitos e formas de análises entre realidades geográficas diferentes (por exemplo, entre a realidade europeia e a realidade latino-americana) e produziria uma interpretação crítica das diferenças sociais, étnicas, econômicas, políticas e geográficas.

No que diz respeito à governamentalidade, uma interessante análise foi realizada por Aldo Oliveira (2019) a respeito da dimensão discursiva e da representação da espacialidade contida nos livros didáticos de geografia. Para esse autor, a produção, a distribuição e

a veiculação dos livros didáticos de geografia, dentro da política educacional brasileira, foi capturada pela governamentalidade neoliberal implicando desde a concepção até o uso dos saberes geográficos sobre a espacialidade nas escolas. O livro didático de geografia torna-se um dispositivo do poder, permitindo a subjetivação de uma forma de espacialidade para a dominação expressa no seu turbilhão imagético. O autor também propôs, por meio da prática da digitalização, uma reapropriação das imagens para compor e decompor a espacialidade dominante, permitindo a reconstrução de um pensamento estratégico e crítico a partir do mundo imagético presente nos livros de geografia. De acordo o autor:

> [...] Descrevendo-o enquanto dispositivo de subjetivação espacial que opera a partir de uma rede de práticas discursivas e não-discursivas, destaquei a dimensão visual do saber geográfico que circula nesses manuais. A análise da linguagem visual, não-discursiva, das coleções aprovadas no PNLDEM-2018, desdobrou-se na decomposição do regime de visibilidade espacial imposta aos saberes veiculados pelo livro didático. A digitalização, a quebra caligramática e a colagem digital funcionaram como movimentações analíticas para problematizar as estratégias que investem a espacialidade do livro de diferentes vetores de subjetivação espacial. (OLIVEIRA, 2019, p. 154).

Ainda nesse campo ligado à questão da geografia escolar e seu ensino, Bruno Batista (2017a, 2017b, 2018, 2018b), a partir de uma pesquisa genealógica, conduziu um importante debate sobre a constituição e a emergência de uma ordem discursiva escolar na geografia que estrutura a subjetividade e as práticas de professores e alunos que recebem o saber geográfico. Para esse autor, tal discursividade escolar geográfica se estabelece acompanhando a modernidade na sociedade brasileira durante o século XX, e tem, como um de seus elementos fundamentais, o discurso permanente da

necessidade de renovação da geografia frente ao que é considerado ultrapassado na pedagogia do ensino e nas demandas da sociedade.

Fundamentado na realização de uma arqueologia do debate sobre a geografia escolar, desde o início do século XX, Bruno Batista (2017a) identifica três eixos principais dessa discursividade: a) a denúncia constante do método e do conteúdo que são considerados tradicionais na Geografia; b) a busca permanente de projetos considerados inovadores em termos de método, conteúdo e respostas às demandas sociais da sociedade (por exemplo, autonomia, inovação, participação, inserção social e criticidade e c) mais recentemente, introdução — na metodologia de ensino e nas atitudes dos alunos — de objetos, conceitos e valores ligados às aspirações liberais ou neoliberais. Esse último eixo está fortemente influenciado pelo construtivismo, pedagogia progressiva e pelos ideais da escola nova, associados, por exemplo, às metodologias ativas que buscam promover o aluno à condição de autonomia e protagonismo no processo de ensino-aprendizagem. Assim, Batista sintetiza a discussão a respeito dos impactos dessa discursividade sobre a subjetividade:

> [...] O sujeito psi é alguém que deve moldar-se à realidade, solucionar problemas localmente circunscritos, exercer sua capacidade de iniciativa e não esperar pela atitude dos outros [...]. Não é surpresa que muitas das metodologias compartilhadas pela ordem do discurso geoescolar apregoem mudanças nos padrões arquitetônicos escolares, nos processos avaliativos, na disposição mobiliária da sala de aula e nos planejamentos centrados no interesse dos estudantes; de um lado dadas pela economia de mercado de inspiração neoliberal, de outro pelas prescrições psicológicas construtivistas, são recomendações que sinalizam como dar uma aula, porque baseadas no prestígio da ciência e almejando a verdade da melhor docência. (BATISTA, 2017a, p. 264).

Por outro lado, diversos geógrafos brasileiros apropriaram-se das discussões sobre a noção foucaultiana de biopolítica associada à noção de biopoder. Vejamos como os geógrafos, Wilson Mendonça Neto e Eguilmar Chaveiro, apresentam a noção de biopolítica ao debaterem sobre as tecnologias de regulamentação da vida e do território:

> A biopolítica se volta para questões relacionadas ao homem enquanto espécie e seu meio, com uma preocupação acerca da manutenção das condições materiais de existência da vida. Preocupa-se com a relação entre a sociedade em geral, a espécie em sua totalidade, com os recursos disponíveis necessários à sua existência e, não somente, com o indivíduo. (MENDONÇA NETO; CHAVEIRO, 2012, p. 4).

As noções de biopoder e de biopolítica são desdobramentos das análises de Michel Foucault sobre as modalidades de governo, de poder advindo da modernidade, particularmente relacionado ao fortalecimento do poder nos Estados, ao advento da economia moderna industrializada, ao intenso processo de urbanização e a todas as contradições e conflitos potencializados no capitalismo. Governar uma grande população, crescentemente aglomerada, coordenar os intensos fluxos econômicos e demográficos, controlar as crescentes demandas sociais e os conflitos que emergem em todos os poros da sociedade moderna e seu território, redefinem a estrutura institucional e a escala de exercício de poder demandando, cada vez mais, dispositivos sofisticados e novas tecnologias de governo.

Nas palavras de Foucault:

> A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas — escolas, colégios,

> casernas, ateliês; aparecimento, também, no das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um "biopoder". (FOUCAULT, 1999, p. 31-32).

Fica muito evidente a similaridade entre os temas apontados por Foucault nessa passagem e as temáticas clássicas estudadas pela geografia, muito embora seja surpreendente que, por exemplo, a chamada "geografia da população" não tenha incorporado nada do debate foucaultiano, permanecendo, aliás, muito mais próxima de um discurso demográfico-estatístico para fins de gestão estatal da sociedade.

Por outro lado, em outros campos da geografia, podemos encontrar publicações sobre outras temáticas. Felipe Tavares (2020) analisa o processo de metropolização no Brasil enquanto espacialidade urbana e processo de institucionalização biopolítica. Isso porque a formação das metrópoles implica a criação de tecnologias regulamentadoras da população e, ao mesmo tempo, tecnologias que disciplinam a vida social. Um exemplo são as políticas de segurança e de circulação da população nessas grandes cidades, que resultam na produção de um território organizado e ordenado. Marcos de Carvalho (2014) analisa a estruturação do advento da forma civilizatória da modernidade e as diversas crises que são produzidas e gestadas por mecanismos biopolíticos na escala global, particularmente na gestão dos problemas sociopopulacionais e físico-ambientais, que progressivamente sujeitam o território e a vida a um padrão de acumulação globalizado.

Para Fernando Gomes (2017), as estratégias biopolíticas de controle, regulamentação e manutenção vigiada da vida podem ser identificadas em todas as escalas geográficas (global, nacional e

local). O geógrafo toma como referência as políticas e os discursos voltados ao controle da violência, do medo e da insegurança, que, na prática, são justificativas para biopolíticas neoliberais, para o que ele denomina "necropolíticas". Nas palavras do autor:

> A gestão da violência no espaço urbano tem manifestado um comportamento territorial, na medida em que confina em áreas de população pobre, parte dos homicídios das cidades grandes e médias. Entretanto, a territorialidade da violência homicida manifesta uma eficiência multiescalar. O desafio em compreender arranjos espaciais violentos compostos por formas de vidas precárias, não está somente na localização de processos históricos sobre a pobreza no Brasil, mas na geograficidade complexa de sua continuidade. Se há um território com fronteiras bastante previsíveis, sua previsibilidade pode ser resultante de um esforço multiescalar. (GOMES, 2017, p. 57).

Território, geografia e pensamento foucaultiano

No âmbito do clássico debate da geografia sobre a relação entre *poder* e *espacialidade*, sem dúvida, o conceito de território foi o mais enriquecido, ampliado e diversificado, tanto no plano teórico quanto no metodológico. Os geógrafos Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet construíram as mais significativas contribuições no debate sobre território no Brasil.

No que diz respeito ao escopo da discussão aqui em pauta, cabe destacar que, em suas contribuições, Marcelo Lopes de Souza (1995, 2012 e 2016) reconhece a importância de Foucault para o avanço da noção de poder na sua relação com a espacialidade, para a qualificação política da noção de território, "[...] um espaço definido por e a partir das relações de poder [...]" (SOUZA, 1995, 78). As importantes contribuições desse geógrafo estão mais referenciadas na noção de autonomia de Cornelius Castoriadis e de poder de

Hannah Arendt, o que possibilitou algumas críticas importante às reflexões foucaultianas usadas na geografia.

Conforme Souza, a concepção de território apresentada por Foucault é restrita, valorizando, fundamentalmente, a concepção jurídico-política ligada ao exercício do poder soberano, o que dificultaria a abordagem em suas múltiplas dimensões (SOUZA, 2012, p. 123). Além disso, também existiria uma abordagem um pouco restrita do mecanismo de poder na atualidade, principalmente quando Foucault analisa o "poder pastoral", que visaria mais à população e menos ao território. Para Souza, não é possível analisar o poder biopolítico sem colocar no mesmo plano de relevância o controle e a regulação do território (SOUZA, ibid.). Outro argumento do autor (aqui, talvez, o mais importante) é que Foucault trabalha com uma noção de sujeito dissolvido (assujeitado) nas relações de poder, o que cria dificuldade para pensar a autonomia e a práxis de um outro sujeito capaz de propor, concretamente, projetos de ações autônomas e libertárias (SOUZA, 2016, p. 83). Nota-se que, nesse caso, Foucault é fonte de referência na geografia, mas, para pensar em outro sentido a ação política e as formas de territorialidades.

As contribuições de Marcos Aurélio Saquet (2013, 2015) estão alinhadas a uma vertente já tradicional na geografia, no Brasil, que se apropria do pensamento de Michel Foucault buscando estabelecer a relação entre espacialidade e poder para desenvolver o conceito de território e territorialidade. Diversos autores podem ser citados, como Marques (2014), Roberto e Alves (2013), Ambrozio (2013), Moraes e Rodrigues (2013), Cantelmo, Lobo, Horta e Alexandrino (2015), Fuini (2017), Rangel e Tonella (2017), Valter Cruz (2011), Bruno Malheiro e Valter Cruz (2019).

Valter Cruz, em sua tese de doutoramento, usa a discussão do poder em Foucault para "[...] compreender melhor o conceito de território como chave analítica [...]." (CRUZ, 2011, p. 105). O território, para esse geógrafo, assume, na geografia brasileira, uma centralidade política e analítica cada vez maior. Sobre o debate do território, afirma:

> Recentemente, os avanços na leitura do fenômeno do poder, este entendido como relação e não como posse, e a constatação da existência de uma microfísica do poder, por Michel Foucault (1979), permitiram uma reflexão mais completa sobre a territorialidade humana, apontando para um entendimento de que o poder é imanente às relações sociais. Além da compreensão de que as formas de manifestação do exercício do poder podem dar-se em múltiplas escalas, envolvendo uma multiplicidade de atores sociais. (CRUZ, 2011, p. 105).

A pesquisa de Valter Cruz é um bom exemplo de uso e apropriação sistemática fundada no debate foucaultiano para interpretar uma problemática geograficamente construída, ultrapassando a simples anexação de noções conceituais. Ele utiliza noções de poder, dispositivo, governamentalidade e regime de verdade como parte de uma estrutura metodológica e de uma rede conceitual para interpretar a relação entre identidade, territorialidade, direito, conflitos e lutas sociais e lutas por reconhecimento na Amazônia.

Para Marcos Aurélio Saquet (2013), a concepção foucaultiana de poder possibilitou "[...] a redescoberta do conceito de território sob novas leituras e interpretações [...]" (p. 33) na geografia. O poder possui, no mínimo, três propriedades muito importantes para produzir uma perspectiva renovada na geografia brasileira. Primeiro, o poder é relacional e multidimensional, o que possibilitaria, por exemplo, uma análise multiescalar do poder e da

territorialidade. Segundo, o poder possui caráter negativo (repressivo, coercitivo, disciplinar); por ser exercido nas relações, comporta polaridades, linhas de tensões e forças, o que sempre possibilita resistências. Esse caráter confere às relações de poder uma capacidade positiva (produtiva) e de resistência (SAQUET, 2015). Nas palavras do autor:

> Nesse sentido, é importante não restringirmos a análise do poder aos seus aspectos negativos, conforme já identificara Michel Foucault, tais como exclusão, repressão, censura, punição, vigilância etc., verificando condições — territorialidades e temporalidades — que possam sustentar experiências de cooperação e solidariedade, ajuda mútua e a afetividade, relações também de poder presente em todas a sociedades, no entanto, não coercitivas, concorrenciais, imediatistas. (p. 135).

Dessa imbricação entre as reações de poder e a espacialidade emerge uma outra leitura de território. Para Marcos Saquet (2013), surge um território múltiplo, imaterial, objetivo, plural e complexo, permeado pela fluidez das relações de poder (p. 32-33). O autor faz uma cuidadosa sistematização da produção teórica geográfica, internacional e brasileira, sobre o conceito de território, sinalizando uma espécie de deslocamento progressivo na geografia brasileira após 1980. Assim, movimenta-se da valorização do conceito de espaço para a descoberta do território como um vasto campo interdisciplinar, teórico e metodológico na geografia.

No que diz respeito às contribuições do professor Rogério Haesbaert, este tem feito importantes contribuições teóricas sobre a noção de território, principalmente com base em uma literatura considerada pós-estruturalista (Gilles Deleuze, Félix Guattari, Doreen Massey, Michel Foucault e outros). São dezenas de artigos, diversos livros e palestras sobre a temática do território. Duas obras

reúnem as principais contribuições sobre a temática: *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade* e *Viver no limite: território e multi e transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Entre essas duas obras, existe um movimento progressivo de apropriação das discussões foucaultianas publicadas nos cursos Segurança, território e população (FOUCAULT, 2008a) e O nascimento da biopolítica (FOUCAULT, 2008b).

No texto *O mito da desterritorialização* (2014), Foucault é citado como um importante filósofo que contribuiu para valorizar a espacialidade como algo fundamental para compreender a modernidade, a denominada "virada espacial", o contrabalanço do historicismo, um movimento que significaria o fortalecimento da geografia. O fundamental, porém, é que Michel Foucault fornece as bases para um redirecionamento do debate sobre o poder, em suas modalidades, e suas relações com as diversas lógicas territoriais, estatais e não estatais. Dessa forma, a passagem da lógica de poder soberano (sobre o território jurídico-político) para a lógica do poder biopolítico (sobre a vida, o corpo da população), implicou a criação dos mecanismos, discursos e dispositivos de governo e de poder biolíticos sobrepostos aos mecanismos e dispositivos mais ligados ao poder soberano. Para ambas as modalidades, o espaço e o território são partes dos mecanismos de ação e controle, muito embora tenham formas diferenciadas. Sobre essa questão:

> Podemos afirmar que os aglomerados de exclusão, tal como o fenômeno "população", ou como uma "população" em seu sentido mais estrito, são objetos de uma preocupação antes de tudo por sua reprodução biológica — em seus índices de fecundidade, natalidade e mortalidade, por exemplo, por sua disposição enquanto "massa" — pelo espaço que podem ocupar e pelos movimentos que são capazes de promover, "ameaçando"

> o direito ao espaço dos efetivamente "incluídos". Provavelmente, hoje as situações mais dramáticas e preocupantes são aquelas se relacionam à mobilidade — os movimentos de "massa", ou seja, referidos a um grande volume de pessoas, como os refugiados miseráveis dos países mais pobres. Controlar esta movimentação muitas vezes completamente imprevisíveis torna-se cada vez mais um dilema central para muitos países. (HAESBAERT, 2014, p. 325).

Para Rogério Haesbaert, esse desenvolvimento das modalidades de poder e das formas de governo provocou a "explosão" das formas de territorialidades clássicas, que antecederam a modernidade. A territorialidade torna-se fluida, descontínua, sobreposta, múltipla e diferenciada, logo, acompanhando a multiplicidade das formas de vida, de produção e do exercício de poder. Daí o autor falar em território, territorialização, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade, em uma tentativa de captar a mobilidade do território da modernidade. Sobre essa dinâmica, afirma ou autor:

> Abre-se assim, portanto, uma outra discussão a ser retomada em próximos trabalhos: a relação entre 'ilogicidade" ou 'desordem", fluidez do espaço e desterritorialização. [...] o que deve efetivamente nos preocupar são as diferentes e cada vez mais complexas interconexões entre território-zona, territórios-rede e aglomerados, ou seja, a multiplicidade de territórios e/ou a multiterritorialidade em que estamos inseridos. (HAESBAERT, 2014, p. 236).

Por outro lado, no texto *Viver no limite* (2014), as discussões foucaultianas foram apropriadas e desdobradas de forma mais profunda no âmbito do debate sobre o território na teoria da geografia. Nesse texto, os cursos de Foucault *Segurança, território e população* e *O nascimento da biopolítica*, não só consta na referência, mas são bastante citados como estruturantes da discussão teórica sobre território. Nitidamente, buscando fundamentação em Michel

Foucault, Rogério Haesbaert apresenta o plano de trabalho nessa obra:

> [...] analisamos os processos de desterritorialização a partir da perspectiva da insegurança e da biopolítica que marcam a sociedade contemporânea. Começamos pelo debate mais amplo sobre as atuais sociedades de insegurança definidas a partir dos mecanismos biopolíticos identificados por Foucault. É desse contexto que, no nosso ponto de vista, emergem dinâmicas de territorialização específicas que, para além da simples precarização e reclusão territorial, envolvem o que denominamos de contenção e exclusão territorial — bastante evidentes no caso de uma megalópole como o Rio de Janeiro, analisada enquanto cidade vigiada e "imobilizada", mas, ao mesmo tempo, também "contornada" pelas formas com que a população reage a esses dispositivos de controle. Uma reflexão específica sobre essas formas de contornamento e transterritorialidade, abrindo para futuros desdobramentos, encerra este livro. (HAESBAERT, 2014, p. 15).

Como pode ser compreendido, esse plano de trabalho implica um aprofundamento e, principalmente, um desdobramento, no plano da geografia, das contribuições de Foucault em termos da identificação e análise de uma biopolítica territorial como componente da modernidade neoliberal. Modernidade fundamentada, discursivamente, no risco, no medo, na insegurança, na instabilidade e na mobilidade. Rogério Haesbaert chama essa sociedade, estruturada a partir de tais valores, de "sociedade de segurança". Nesse sentido, o autor busca analisar a governamentalidade do Estado, a espacialidade dos modos e dos efeitos do poder e as especificidades das noções geográficas *território*, *espaço* e *meio*, quando abordadas com base nas referências foucaultianas. Por fim, o autor realiza uma análise territorial concreta a partir daquelas considerações, a partir das noções de

contenção territorial, *contornamento* e *transterritorialidade*. (HAESBAERT, 2014).

A governamentalização do Estado e a incorporação biopolítico ao Estado (Ibid., p. 145) correspondem ao governo da população, dos processos econômicos e políticos na sociedade por meio de práticas, estratégias, táticas, regramentos voltados ao assujeitamento dos indivíduos no corpo da população, conduzidos por Estados, empresas e outras instituições em harmonia com a modernidade neoliberal, alterando e diversificando a própria relação entre território e o Estado. O que foi interpretado como um enfraquecimento do poder soberano sobre o território pode significar o nascimento de um complexo processo de reterritorialização do governo estatal do território, mais sutil, mais refinado, mais disperso, mais eficiente e perverso, porque voltado às formas de vida, às subjetividades. Sobre essa questão, afirma Haesbaert (2014):

> Nesse sentido, é interessante destacar que, não previsto à época por Foucault, várias esferas da vida privada, da sexualidade e do comportamento individual foram impregnadas da judicialização pelo Estado, ao mesmo tempo que a vigilância, amplificada com a informatização, não se restringe ao crivo estatal, mas envolve a multiplicidade das relações entre indivíduos e no interior de pequenos grupos (tratados como "comunidades", sejam elas concretas ou virtuais). (p. 145).

No sentido de aprofundar a relação entre as modalidades de poder e os desdobramentos nas estratégias territoriais, Rogério Haesbaert analisa como as modalidades do poder podem ser pensadas em relação à escala geográfica. Para o autor, não obstante as modalidades de poder (soberano, disciplinar e biopoder) terem se desenvolvido ao longo do desenrolar histórico da modernidade, no contexto neoliberal, eles se imbricam e se sobrepõem de forma

dinâmica, uma coexistência que se coloca na simultaneidade e na justaposição da espacialidade. Isso implica que a análise do poder, na sua relação com a territorialidade, não possa ser demonstrada ou explicitada em uma única escala, microterritorial (microfísica), mesoterritorial (soberano ou biopolítico) e macropolítico (para além do Estado). A questão é que essas modalidades de poder podem ser exercidas em múltiplas escalas, fundamentalmente porque os Estados e as demais instituições podem mobilizar, sozinhas ou em conjunto, estratégias de relações de poder em mais de uma escala simultaneamente (HAESBEART, 2014).

Rogério Haesbaert identifica, nos debates de Foucault no curso *Território, segurança e população*, uma contribuição no sentido de correlacionar as modalidades de poder e os objetos de poder. O objeto do poder soberano é o próprio território jurídico-político, o objeto do poder disciplinar é o corpo dos indivíduos e o objeto do biopoder é a própria população, a vida dos indivíduos no corpo biológico da população. No que diz respeito ao biopoder, suas características importantes são identificadas pelo autor. Primeiro, o biopoder, a partir do mecanismo de segurança, busca regular ou controlar os fluxos, os movimentos de massa no território, a circulação econômica e política (por exemplo, a migração). Segundo, esse poder busca regulamentar os fluxos em espaços abertos, multifuncionais ou polivalentes, o que pode estar associado a processos de multiterritorialização. Além disso, o poder biopolítico lida com possibilidades, com cenários e com o futuro que pode se desdobrar, territorialmente, a partir dos fluxos políticos, econômicos e sociais (HAESBAERT, 2014).

Nas palavras de Foucault citadas por Haesbaert:

> [...] enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema principal da sede de governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca-se como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança irá tentar ordenar um meio em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que ela deve regularizar num quadro multivalente e transformável. (FOUCAULT, 2004a, p. 22 apud HAESBAERT, 2014, p. 168).

Rogério Haesbaert também busca determinar ou se aproximar do sentido geográfico nas noções foucaultianas espaciais de *território*, *espaço* e *meio*, como uma forma de melhor explicitar a espacialidade contemporânea. O território aparece muito articulado à noção de soberania do estado moderno, no sentido jurídico-político. O espaço aparece, muitas vezes, associado à disciplina, como espaço disciplinar hierarquizado, funcionalizado, exclusivista, voltado à produção da subjetividade individual, tal como os exemplo no texto *Vigiar e Punir* (1987). O meio aparece enquanto espaço aberto, estruturado pela e para circulação dos fluxos econômicos e políticos, muito próximo da noção de rede espacializada. Trata-se de um espaço onde a questão da regulação dos fluxos e da segurança se impõe para o governo, para a governamentalidade da sociedade (HAESBAERT, 2014).

O aumento da instabilidade e da precarização política, econômica e social, geradas pela modernidade neoliberal, coloca o problema do gerenciamento dos fluxos e da circulação como uma questão central para o governo. O descontrole e o risco são recursos discursivos poderosos no neoliberalismo. No plano territorial, é possível falar da permanência do território da soberania, do espaço disciplinar da sociedade disciplinar, porém, imbricados com a emergência de territorialidades fluidas, múltiplas e móveis,

resultante da ação dos sujeitos, das instituições e das empresas e corporações, em diversas escalas.

Na parte final do livro, o autor analisa a emergência das estratégias de contenção e imobilização territorial de contrassujeitos desprivilegiados ou considerados inferiores e problemáticos no interior das grandes cidades, como Rio de Janeiro, ou na fronteira dos territórios soberanos. Por fim, apesar das estratégias de controle, aparecem indícios de territorialidades de resistência, denominados, pelo autor, como *contornamentos* e *transterritorialidade*. São ações de enfrentamento das estratégias de contenção territorial (contornamentos) a exemplo dos muros dentro de comunidades pobres no Rio de Janeiro (contornados pelos moradores) ou de proposição de territorialidades que ativam estratégias de superação de uma estratégia de controle estatal (transterritorialidade), a exemplo dos chamados *brasiguaios* (HAESBEART, 2014).

Para Valter do Carmo Cruz, essa aproximação entre o debate sobre território e as leituras do poder de Michel Foucault possibilita um deslocamento analítico e político, o território torna-se o fundamento dos embates políticos e das análises de processos socioespaciais complexos, deslocando, aos poucos, a centralidade analítica, já clássica, da noção de produção do espaço para noção de governo do espaço e do território (CRUZ, 2020). Emerge uma nova agenda de pesquisa e a ressignificação do uso do conceito de território na geografia brasileira. Nas palavras do autor:

> Essas novas formulações do conceito de território sugerem (de maneira implícita) uma abordagem que ampliam, aprofundam e refinam uma leitura da espacialidade/geograficidade, fundada em três grandes questões: 1) a problemática do poder, das formas de dominação, exploração, sujeição, das hegemonias, mas também das formas resistências, subalternidades conflitos, emancipações e autonomias; 2) a questão do

> sujeito, da ação, das práticas, dos agenciamentos socioespaciais; 3) a problemática das diferenças, do reconhecimento, das identidades culturais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade etc. (CRUZ, 2020, p. 159).

Considerações finais

É inegável que a geografia brasileira é tributária do pensamento de Michel Foucault. Como foi demonstrado, existe uma apropriação direta e uma apropriação difusa das noções conceituais e das "teorias" foucaultianas. Foucault e os demais pensadores pós-estruturalistas formam um quadro de referências que tende a se tornar cada vez mais importante aos pesquisadores brasileiros, muito embora não seja possível, ainda, afirmar que existe uma geografia foucaultiana ou pós-estruturalista no Brasil. Isso demandaria uma estrutura metodológica, conceitual e teórica propriamente geográfica, desdobrada a partir do pós-estruturalismo. Porém, avalia-se que esse alargamento das possibilidades teóricas e metodológicas está em construção e é positivo para o fortalecimento da própria geografia no quadro geral das ciências humanas, que também estão em processo de transformação de seus referenciais.

Retomando os pontos fundamentais desenvolvidos a respeito dos efeitos do pensamento de Michel Foucault, é possível apontar algumas dimensões. A primeira é que o pensamento de Foucault contribuiu ativamente para o processo de renovação teórico e epistemológico do pensamento geográfico a partir da década de 1970. O movimento de renovação da geografia humana, no Brasil, ocorreu, principalmente, sob a influência do marxismo ou neomarxismo; porém, isso não impediu que a discussão sobre a natureza do saber e do poder pesasse no debate epistemológico da geografia, principalmente com a tradução da obra *As palavras e as coisas*

(FOUCAULT, 1981). Mais recentemente, é nítida a aproximação da geografia brasileira com os pensadores pós-estruturalistas. A historicização do saber, dos conceitos e da metodologia, na geografia, é um efeito da sua aproximação com o pensamento do filósofo francês.

A segunda, é que o pensamento foucaultiano possibilitou uma redefinição dos marcos teóricos e metodológicos da definição da noção de território, particularmente pela apropriação do debate da noção complexa de poder relacional. No plano internacional, na renovação do debate sobre o território, nota-se a influência de Foucault na noção de *território* de Paul Claval, sobre a concepção de território relacional de Claude Raffestin e sobre a noção de territorialidade humana de Robert Sack. No Brasil, a noção foucaultiana de poder (e suas correlatas, como disciplina, biopoder, biopolítica e governamentalidade) influenciou o enriquecimento e a complexificação da noção de território, como pode-se notar, por exemplo, na obra de Rogério Haesbaert. A influência de Michel Foucault, associada às influências de outros autores pós-estruturalistas (como Giorgio Agamben, Félix Guattari, Gilles Deleuze e outros), sem dúvida, possibilitou avanços teóricos notáveis à noção de território na geografia brasileira. O conceito de território tornou-se plástico, móvel, relacional, multidisciplinar, multidimensional e multiescalar, passível de usos em várias perspectivas teóricas e metodológicas dentro da geografia.

Assim como ficou expresso no texto, os termos e as noções foucaultianos, como heterotopia, biopolítica, biopoder, *governamentalidade* e *poder* são anexados, apropriados e usados como parte importante da estrutura interpretativa de fenômenos considerados geográficos, principalmente no âmbito da modernidade neoliberal no Brasil. Outros temas também são analisados, na

geografia, à luz das noções foucaultianas, como: violência, espaço urbano, racismo, espaço público, resistência, identidade, representação do espaço, conflitos, ambiente, pós-modernidade e geografia, ensino de geografia, exclusão territorial e outros. Por outro lado, chama a atenção para a quantidade de trabalhos (de áreas muito similares à geografia) que mobilizam noções geográficas, mas que não são produzidos por geógrafos. São exemplos o texto de Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011) *A invenção do Nordeste e outras artes* e o texto *Espaços da verdade*, de Viviam Ritter (2018), o que demonstra as enormes possibilidades de desdobramentos do pensamento de Foucault na geografia brasileira.

É notável que a grande maioria dos geógrafos utiliza as noções foucaultianas e as "anexa" de forma simples, usando como ferramentas as noções conceituais. Por outro lado, em alguns trabalhos é possível verificar um desdobramento das noções foucaultianas no sentido de alterar teoricamente as noções geográficas ou de inovação analítica, por exemplo, levando a proposições conceituais novas a partir das noções já estabelecidas, ou utilizando-as de forma sistemática e criativa. Uma exceção são os trabalhos mais recentes de Rogério Haesbaert (2017), Valter Cruz (2011) e Bruno Nunes Batista (2017). O fato é que a influência do pensamento de Michel Foucault, na geografia brasileira, é ampla, difusa e direta, de forma que não se pode entender a renovação e as inovações teóricas na geografia brasileira (nas últimas três décadas) sem considerar toda contribuição foucaultiana. Uma arqueologia do efeito Foucault na geografia brasileira, para além das leituras da noção de poder, é uma dívida com o pensamento de Michel Foucault.

Em 1976, Foucault foi cobrado pelos geógrafos da Revista *Hérodote*, sobre o lugar da geografia no quadro de seu pensamento

arqueológico, nas ciências humanas, apesar de todas as suas referências a noções geográficas. A resposta de Foucault:

> Cabe a vocês, que estão diretamente ligados ao que passa na geografia, que se deparam com todos esses confrontos de poder em que a geografia está envolvida, cabe a vocês enfrentá-los, forjar os instrumentos para esse combate (FOUCALT, 2015, p. 246).

Aos que se identificam com a leitura de mundo foucaultiana, isso pode ser desdobrado. Cabe aos geógrafos produzir noções geográficas politicamente mais adequadas às demandas epistemológicas e teóricas da diversidade social e da geografia. A espacialidade e o saber sobre ela, a partir dela e apesar dela, provavelmente, são cumulativos, descontínuos, relacionais e não essenciais. Dessa forma, a geografia brasileira ainda não explorou, profundamente, as possibilidades da leitura foucaultiana de mundo e segue seu caminho, não para o purgatório, mas na direção de uma geografia mais plural e diversificada, mais aberta às diferenças e aos embates políticos, teóricos e epistemológicos.

Referências

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. Governamentalidade e Geografia: uma revisão crítica. **Espaço e Cultura.** UERJ, RJ, n. 34, p. 51-82, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em: 9 de jun. 2021.

ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 108-134, 2011. DOI: 10.7154/RDG.2011.0022.0006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222>. Acesso em: 7 jun. 2021.

ALVES, Fernando Roberto Jayme. A dimensão espacial do poder: diálogos entre Foucault e a Geografia. **A Geografia em Questão,** v. 6, n. 01, p. 231-245, 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6725>. Acesso em: 9 jun. 2021.

AMBROZIO, Júlio. O conceito de território como campo de poder microfísico. **Revista de Geografia.** v. 3, n. 2, p.1-10, 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaGeografia>. Acesso em: 9 jun. 2021.

AQUINO, Julio Groppa. A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. **Revista Brasileira de Educação.** v. 18 n. 53 abr.-jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/04.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

BATISTA, Bruno Nunes. **A ordem do discurso geoescolar.** Porto Alegre, UFRGS, 2017a. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/164329>. Acesso em: 9 jun. 2021.

_____. Como nos tornamos professores de Geografia: discurso ordenado, prática neoliberal. **Revista Pedagógica** | V.19, N.42, SET./DEZ. 2017b.

_____. A governamentalidade neoliberal e algumas implicações no espaço geográfico contemporâneo. Élisée - **Revista de Geografia da UEG**, v. 7, n. 02, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/7746>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BENKO, Georges. A pós-modernidade e o geógrafo. **GEOUSP Espaço e Tempo** (On-line). São Paulo, v. 3, n. 2, p. 95-104, 2006. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123367. Disponível

em:
<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123367>. Acesso em: 7 jun. 2021.

CANTELMO, Weslley et al. Território e territorialismo: a abrangência conceitual e a noção de poder. Belo Horizonte. **Caderno de Geografia.** v. 25, n. 44, p. 343-367. 2015. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Geografia/article/view/9669>. Acesso em: 9 jun. 2021.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. Da biopolítica à biocivilização: controles — do espaço, do corpo e do territorio — em disputa. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**, v. 494, n. 04, 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14966>. Acesso em: 9 jun. 2021.

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. Outros espaços e tempos, heterotopias. **Primeiro Congresso Internacional Espaços Públicos**, p. 1-12. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1807535/mod_resource/content/1/Castro.pdf. 2012>. Acesso em: 11 mai. 2021.

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979.

CRUZ, Valter do Carmo. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia.** Rio de Janeiro; UFF, 2011, Tese de doutorado.

_____. A "teoria como caixa de ferramentas": reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 10., 2013, Campinas. **Anais**. [S. l.]: Editora UFGD, 2013. p. 4454-4466.

Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2013/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

_____. Da produção do espaço ao governo do espaço deslocamentos metodológicos para uma abordagem territorial. In: LIMONAD, Ester, BARBOSA, Jorge Luiz (org.) Geografias, Reflexões Conceituais, Leituras da Ciência Geográfica, Estudos Geográficos. - São Paulo : Editora Max Limonad, 2020, p. 142-169.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. Geografias moderna e pós-moderna. Rio de Janeiro**. GEOgraphia**, Ano 1, n. 1, p. 121-137, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13366>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FERREIRA NETO, João Leite, MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ARAÚJO, José Newton Garcia; DRAWIN, Carlos Roberto. Usos de Foucault nos estudos de psicologia no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, n. 29, e159930, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Zj5gQd88RXbrMTNMs9tY6pz/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FUINI, Lucas Labigalini. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. Cuadernos de Geografía: **Revista Colombiana de Geografía,** n. 26 (1), p. 221-242, 2017. Doi: 10.15446/rcdg.v26n1.56791.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes,1977.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **As palavras e as coisas.** São Paulo. Martins Fontes. 1981.

_____. **Segurança, território e população:** curso dado no Colégio de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____ Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. De espaços outros. Estudos avançados, n. 27 (79), p.113-122, 2013.

_____. **Sobre a Geografia.** In: Microfísica do poder. 2 edição. Rio de Janeiro/São Paulo. Editora: Paz e Terra. 2015, p, 244-261.

GONTIJO, Lucas de Alvarenga. Insurreição popular, Geografia social e teoria do reconhecimento: teoria versus práxis em análise da experiência de luta por moradia na região Izidora de Belo Horizonte. **Caderno de Relações Internacionais.** v. 6, n. 11, jul-dez. 2015. Disponível em: <https://faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/relacoesinternacionais/article/view/176>. Acesso em: 9 jun. 2021.

GOMES, Fernando Bertani. Escalas da Necropolítica: Um ensaio sobre a produção do 'outro' e a territorialização da violência homicida no Brasil. **Geografia, Ensino & Pesquisa.** v. 21, n. 2, p. 46-60, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/Geografia/rt/captureCite/27000/0>. Acesso em: 9 jun. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo. Edições Loyola. 1992.

LACOSTE, Yves. **A Geografia- isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19 ed. Campinas-SP. Ed. Papirus, 2012.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço.** 3.ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MARQUES, Marcos Aurelio. Interdisciplinaridade e poder em Michel Foucault: outras imagens para a Geografia. **Entre-Lugar.** Dourados, MS, ano 5, n. 9, 1º semestre, 2014.

MALHEIROS, Bruno C.; CRUZ, Valter C. Geografias dos grandes projetos de desenvolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. Rio de Janeiro. **GEOgraphia,** vol: 21, n.46, 2019: mai./ago.

MENDONÇA NETO, Wilson Lopes; CHAVEIRO, Eguimar Felício. A construção de uma leitura biopolítica sobre a deficiência: a mediação do território. **Espaço em Revista,** v. 14 n. 1, p. 1-14, jan/jun.2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/issue/view/1172>. Acesso em: 9 jun. 2021.

MORAES, Robson de Sousa; RODRIGUES, Uelinton Barbosa. O conceito de poder em Michel Foucault e Hannah Arendt, como instrumento de definição da categoria território. **Revista Geonorte.** Manaus-AM, Edição Especial, v .7, n .1, p. 197-214, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revistageonorte/article/view/1161/1051>. Acesso em: 9 jun. 2021.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Foucault e a Geografia.** In: TRONCA, A. (org.). Foucault Vivo. Campinas, SP, 1987, p. 127-136.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. **O livro didático de Geografia como estratégia de governamento.** Porto Alegre. UFRS. 2019. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. **Geografia histórica do Brasil:** cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. Tempo Social; Revista Social, USP, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out., 1995.

RANGEL, M. C.; TONELLA, C. Análise do território em Michel Foucault: o território como locus do poder. In: TRINDADE, G. A.; MOREIRA, G. L.; ROCHA, L. B., RANGEL, M. C.; CHIAPETTI, R. J. N. **Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas para a sala de aula** [online]. Ilhéus: Editus, 2017. p. 161-174. ISBN: 978-85-7455-526-3.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias socioespaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. **Polis** [Online], n. 27, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/916>. Acesso em: 30 abr. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática 1993.

SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University, 1986.

SOJA. Edward. **Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 323p.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Militarização da questão urbana.** Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.117-129, jul./dez. 2012.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** 3 ed. Rio de Janeiro; Ed. Bertrand Brasil, 2016.

SILVA, Wellington Amâncio da. notas sobre heterotopias. **Revista GeoSertões** (Unageo/CFP-UFCG). vol.1, n. 2, jul./dez. 2016
<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>. Acesso em: 9 jun. 2021.

TAVARES, Felipe. Metropolização do espaço e biopolítica: território, insegurança e reconfiguração do Estado. **Revista Eletrónica Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território,** p. 429-452, 2018. Disponível em: <http://cegot.or>. Acesso em: 9 jun. 2021.

TRONCA, A. (org.). **Foucault Vivo.** Campinas-SP: ed. Pontes, 1987.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felippe. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca.** Rio de Janeiro. UFRJ, 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG, 2007.

_____. Os limites da inversão: a heterotopia do Beco do Batman, São Paulo, **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 2, pp. 222-243, mai./ago., 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/49153>. Acesso em: 9 jun. 2021.

_____. A heterotopia dos museus brasileiros e os deslocamentos da Modernidade. PatryTer – **Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, v. 3, n. 5, p. 14-29, 2000. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i5.27267>. Acesso em: 9 jun. 2021.

_____. Cracolândia: a heterotopia de um espaço público. **Boletim Campineiro de Geografa**. v. 5, n. 2, p.211-230, 2015. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/221. Acesso em: 9 jun. 2021.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução: Caio Liudvig. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Submetido em: 31 de setembro de 2021.

Devolvido para revisão em: 26 de outubro de 2021.

Aprovado em: 10 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

SOUZA, A. L. F. A Geografia brasileira e Michel Foucault. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 112-151, Jan.-Jun./2021.